SUMÁRIO

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA 25

1.1. O Direito de Família e o Código Civil 25
1.2. A organização jurídica da família 27
1.3. A diversidade familiar 29
1.3.1. A família matrimonial 31
1.3.2. A família informal 32
1.3.3. A família monoparental 32
1.3.4. A família anaparental 33
1.3.5. A família reconstituída 34
1.3.6. A família paralela 35
1.3.7. A união poliafetiva 42
1.3.8. A família natural 44
1.3.9. A família extensa ou ampliada 45
1.3.10. A família substituta 45
1.3.11. A família eudemonista 46
1.3.12. A família homoafetiva 46
1.3.13. A família multiespécie 49
1.4. Conceito de família 50
1.5. Entidade familiar, proteção do Estado e Direitos Humanos 51
1.6. Noção de Direito de Família 53
1.7. Conteúdo do Direito de Família 54
1.8. A dessacralização da família 55
1.9. A despatrimonialização do Direito de Família 56

Capítulo 2 – DIREITOS FUNDAMENTAIS E PRINCÍPIOS DE DIREITO DE FAMÍLIA 59

2.1. Direitos fundamentais 59
2.2. Princípio da dignidade humana no Direito de Família 61
2.3. Princípio da igualdade 62

2.4. Princípio da autonomia privada 67
2.5. Princípio da liberdade 69
2.6. Princípio da solidariedade familiar 70
2.7. Princípio da monogamia 71
2.8. Princípio da diversidade familiar 72
2.9. Princípio da afetividade 73
2.10. Princípio da igualdade da filiação 75
2.11. Princípio da proteção da prole 76
2.12. Princípio da proteção da pessoa idosa 77
2.13. Princípio da proteção do jovem 77
2.14. Princípio da proteção da pessoa com deficiência 78

Capítulo 3 – DO DIREITO PESSOAL – DO CASAMENTO E SUA EFICÁCIA 79

3.1. Definição 79
3.2. Da gratuidade do casamento civil 80
3.3. Casamento religioso com efeito civil 81
3.4. Capacidade para o casamento 81
3.4.1. Suprimento judicial de consentimento 83
3.5. Dos impedimentos matrimoniais 84
3.6. Das causas suspensivas 88
3.6.1. A Súmula 377 do STF 91
3.7. A habilitação para o casamento 92
3.8. Da celebração do casamento 93
3.8.1. Consentimento 93
3.8.2. O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida 94
3.8.3. Casamento por procuração 95
3.9. Das provas do casamento 95
3.9.1. *In dubio pro matrimonio* 95
3.9.2. Casamento celebrado fora do Brasil 96
3.10. Da invalidade do casamento 96
3.10.1. Casamento inexistente 97
3.10.2. Casamento nulo 98
3.10.3. Casamento anulável 99
3.10.3.1. Das causas de anulação 100
3.10.3.2. Identidade, honra e boa fama 103

3.10.3.3. Ignorância de crime anterior ao casamento 105
3.10.3.4. Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave 105
3.10.3.5. Coação 106
3.11. Prazos para a anulação do casamento 107
3.12. Do casamento putativo 108
3.12.1. Pressupostos da putatividade 109
3.12.2. Efeitos da putatividade 110
3.12.3. Efeitos em relação a terceiros 111
3.13. A separação de corpos na invalidade do casamento 111
3.13.1. A separação de corpos da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha 113
3.13.2. A separação de corpos consensual 117
3.13.3. A separação de fato 117
3.14. Da eficácia do casamento 119
3.15. Isonomia e patronímico 119
3.16. Planejamento familiar 121
3.17. Deveres dos cônjuges 122
3.18. Violação dos deveres conjugais 123
3.19. Dever de fidelidade recíproca 124
3.20. Vida em comum no domicílio conjugal 125
3.21. Dever de mútua assistência 126
3.22. Dever de sustento, guarda e educação dos filhos 127
3.23. Dever de respeito e consideração mútuos 129
3.24. A direção da sociedade conjugal 130
3.25. Contribuição conjunta das despesas do lar 130
3.26. Domicílio conjugal 131

Capítulo 4 – DIVÓRCIO 133

4.1. Divórcio e separação judicial 133
4.2. Divórcio e partilha de bens 136
4.3. Divórcio consensual-judicial 137
4.4. Divórcio litigioso-judicial 140
4.4.1. A contestação no divórcio judicial 141
4.5. O divórcio extrajudicial da Lei 11.441/2007 e do CPC 143
4.6. A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos 145

4.7. Efeitos do divórcio 146
4.8. A partilha de bens 146
4.9. Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial 149
4.10. O patronímico de casado no divórcio 150
4.11. Pluralidade de divórcios 151
4.12. O divórcio no Direito Internacional Privado 152

Capítulo 5 – DA PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS 157

5.1. Da proteção da pessoa dos filhos 157
5.2. Conceito de guarda 160
5.3. A guarda na separação de fato e no divórcio judicial 167
5.4. Guarda compartilhada 168
5.4.1. A guarda compartilhada deveria pressupor consenso? 172
5.4.2. Imposição judicial da guarda compartilhada 176
5.4.3. Tempo de convívio equilibrado 180
5.4.4. Plano de parentalidade 181
5.4.5. Alimentos na guarda física compartilhada 183
5.4.6. A custódia compartilhada de animais de estimação 184
5.5. Direito e dever de convivência 187
5.6. A multa no direito e dever de convivência – *astreintes* 190
5.7. O direito de visitas dos avós 192
5.8. A Alienação Parental (AP) 193
5.9. Síndrome das falsas memórias 199

Capítulo 6 – DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO 201

6.1. As relações familiares e o parentesco 201
6.2. Desenlaces parentais 204
6.3. Espécies de família e relações atuais 205
6.4. Conceito de relações de parentesco 207
6.5. Parentesco até o quarto grau 209
6.6. Contagem de graus 210
6.6.1. Linhas de parentesco 211
6.6.2. Parentesco por afinidade 213
6.7. A multiparentalidade 215

Capítulo 7 – DA FILIAÇÃO 223

7.1. A filiação 223
7.2. Filiação socioafetiva 225
7.3. A desconstituição judicial da filiação socioafetiva 230
7.4. O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios 232
7.4.1. O direito ao conhecimento das origens genéticas 236
7.4.2. Decadência da rejeição 238
7.4.3. Vedação do registro de filho morto para fins patrimoniais 241
7.5. Investigação de paternidade movida pelos netos 243
7.6. Determinação da maternidade 245
7.7. A presunção de paternidade 248
7.8. A presunção *pater is est* 250
7.9. A fecundação assistida 250
7.9.1. A mãe de substituição 253
7.10. A impugnação da paternidade 256
7.11. Prova da filiação 261
7.12. Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA 262
7.13. A presunção de paternidade pela recusa 264
7.14. O reconhecimento voluntário 266
7.14.1. Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade 268
7.14.2. Reconhecimento de filho maior e de filho menor 269
7.15. Ação anulatória de reconhecimento 269
7.15.1. Perícia em DNA 271
7.16. Efeitos da sentença 273
7.16.1. Dos alimentos na investigatória 274
7.17. A coisa julgada na investigação de paternidade 275

Capítulo 8 – DA ADOÇÃO 281

8.1. A adoção e o Código Civil 281
8.2. Natureza jurídica da adoção 282
8.3. Referências históricas 282
8.4. A Lei Nacional da Adoção 284
8.4.1. Princípio da prevalência em família 285
8.4.2. Do acolhimento familiar e institucional 286
8.4.3. Da família natural 287
8.4.4. A família extensa 288

8.4.5. Destituição do poder familiar 290
8.4.6. Colocação em família substituta 292
8.4.6.1. Cadastro de adoção 294
8.5. Requisitos para a adoção: idade 296
8.5.1. Consentimento do cônjuge 298
8.6. Adoção por avós 299
8.7. Adoção por irmãos do adotando 302
8.8. Consentimento dos pais, do representante e do adotando 303
8.9. Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros 304
8.10. Adoção por tutor ou curador 305
8.11. Adoção *intuitu personae* 306
8.12. Adoção por divorciados 308
8.13. Adoção póstuma 308
8.14. Adoção por estrangeiro 310
8.15. Adoção de nascituro 312
8.16. Adoção à brasileira 314
8.17. Adoção de embriões 316
8.18. A adoção por homoafetivos 318
8.19. Efeitos pessoais da adoção 322
8.19.1. Nome 323
8.19.2. A adoção e o poder familiar 323
8.19.3. Efeitos patrimoniais da adoção 324
8.19.3.1. Alimentos 324
8.19.3.2. Direito sucessório 325
8.19.4. Irrevogabilidade da adoção 326

Capítulo 9 – DO PODER FAMILIAR 329

9.1. Função 329
9.2. Natureza jurídica 330
9.3. Titularidade do poder familiar 331
9.4. Conteúdo do poder familiar 333
9.4.1. A representação dos filhos 335
9.4.2. Poder familiar e trabalho 336
9.4.3. Do usufruto dos bens dos filhos 337
9.4.4. Da administração dos bens dos filhos 338
9.4.5. Assistência afetiva e cuidado digital dos filhos 340

9.5. Extinção do poder familiar 342
9.6. A suspensão do poder familiar 346

Capítulo 10 – DO DIREITO PATRIMONIAL 349

10.1. Do regime de bens e sua natureza jurídica 349
10.2. Princípios gerais 350
10.3. Classificação dos regimes de bens 353
10.4. O pacto antenupcial 356
10.5. Alteração do regime de bens 361
10.6. Temor de fraude na mudança do regime de bens 365
10.7. Do regime obrigatório da separação de bens 368
10.8. Do regime legal de bens 372
10.8.1. Bens de caráter próprio 373
10.8.2. Bens de caráter comum 376
10.9. Regime da comunhão parcial 376
10.9.1. Fundos privados de pensão 387
10.9.2. Bens que ingressam na comunhão parcial 391
10.9.2.1. A título oneroso 391
10.9.2.2. Por fato eventual 392
10.9.2.3. Doação, herança ou legado 393
10.9.2.4. Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário 394
10.9.2.4.1. Valorização das quotas sociais ou ações de uma empresa 396
10.9.2.5. Frutos civis e naturais 404
10.9.2.6. Aquisição com causa anterior 405
10.9.2.7. Partilha de quotas 406
10.9.2.8. Dívidas dos cônjuges 410
10.10. Do regime de comunhão universal 411
10.10.1. Bens excluídos da comunhão universal 412
10.10.1.1. Bens doados ou herdados com incomunicabilidade 412
10.10.1.2. Bens gravados de fideicomisso 413
10.10.1.3. Dívidas anteriores ao casamento 414
10.10.1.4. Doações antenupciais 415
10.10.1.5. Os bens dos incisos V a VII do artigo 1.659 do CC 415
10.10.2. Comunicação dos frutos e administração dos bens 417

10.10.3. Extinção da responsabilidade e do regime de bens e prescrição 419
10.11. Do regime de participação final nos aquestos 422
10.11.1. Aquisição onerosa 426
10.11.2. Irrenunciabilidade do direito à meação 427
10.11.3. Regras de liquidação 427
10.12. Do regime da separação de bens 429
10.13. Mantença da família 431
10.13.1. A presunção de comunidade 432
10.13.2. A outorga do cônjuge 432
10.13.3. A outorga do convivente 433
10.14. Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores 435
10.14.1. Bens excluídos do usufruto 437
10.15. Da usucapião familiar pelo abandono do lar 439

Capítulo 11 – DOS ALIMENTOS 445

11.1. Conceito 445
11.2. Espécies de alimentos 446
11.2.1. Quanto à sua natureza 446
11.2.2. Quanto à causa jurídica 447
11.2.3. Quanto à finalidade 450
11.2.3.1. Alimentos provisórios 450
11.2.3.2. Alimentos em tutela provisória 451
11.2.3.3. Pressupostos para a concessão da tutela antecipada 452
11.2.4. Quanto ao momento em que são reclamados 453
11.2.4.1. Alimentos pretéritos e futuros 453
11.3. Características da obrigação alimentar 454
11.3.1. Direito personalíssimo 454
11.3.2. Transmissibilidade 455
11.3.3. Divisibilidade 460
11.3.3.1. Da solidariedade nos alimentos da pessoa idosa 461
11.3.4. Condicionalidade 462
11.3.5. Reciprocidade 464
11.3.6. Alternatividade 464
11.3.7. Imprescritibilidade 466
11.3.8. Irrepetibilidade 468
11.3.9. Incompensabilidade 471

11.3.10. Irrenunciabilidade 474
11.3.11. Impenhorabilidade 476
11.4. Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes 478
11.5. Dos alimentos gravídicos 479
11.6. Os alimentos dos relativamente incapazes 481
11.7. A representação pelo Ministério Público nos alimentos 482
11.8. Alimentos com a maioridade civil 483
11.9. Dos alimentos entre parentes 486
11.10. Alimentos na guarda compartilhada 487
11.11. Dos alimentos dos avós 488
11.12. Dos alimentos dos cônjuges e conviventes 490
11.13. Dos alimentos na homoafetividade 493
11.14. Rubrica alimentar 494
11.14.1. Alimentação 494
11.14.2. Habitação 495
11.14.3. Educação 496
11.14.4. Saúde 497
11.14.5. Vestuário 497
11.14.6. Lazer 498
11.15. Base de incidência dos alimentos 498
11.16. Pensão *intuitu familiae* e *intuitu personae* 502
11.17. Dos alimentos transitórios 503
11.17.1. A duração dos alimentos transitórios 504
11.18. Alimentos compensatórios e compensação econômica 505
11.19. Da exoneração dos alimentos 510
11.20. Perda do crédito alimentar por novo relacionamento 511
11.20.1. Comportamento indigno 513
11.21. A oferta de alimentos 517
11.22. A majoração e redução dos alimentos e sua atualização automática 517
11.23. A execução de alimentos 521
11.23.1. Do cumprimento da sentença 521
11.23.2. Aplicação de multa e de medidas executivas atípicas 523
11.23.3. A defesa no cumprimento da sentença 525
11.23.4. Sentença para ser cumprida 525
11.23.5. Do cumprimento da sentença nos alimentos 526
11.23.6. O imposto de renda sobre a pensão alimentícia 527
11.23.7. A transferência automática da prestação alimentícia 529

Capítulo 12 – DO BEM DE FAMÍLIA 531

12.1. Bem de família 531
12.2. Conceito de bem de família 533
12.3. O advento da Lei 8.009/1990 534
12.4. O bem de família do Código Civil 536
12.4.1. Objeto do bem de família voluntário 538
12.4.2. Valor do bem de família voluntário 539
12.4.3. Procedimento de constituição e efeitos 540
12.4.4. Das isenções 541
12.5. Extinção do bem de família 542

Capítulo 13 – DA UNIÃO ESTÁVEL 545

13.1. Breve resenha histórica da união estável 545
13.2. A Constituição Federal de 1988 548
13.3. A Lei 8.971/1994 550
13.4. A Lei 9.278/1996 551
13.5. O Projeto de Lei 2.686/1996 552
13.6. Origem e definição 553
13.7. A expansão das uniões livres 554
13.7.1. Motivos econômicos 555
13.7.2. Motivos sociais 556
13.7.3. Motivos legais 556
13.7.4. Motivos ideológicos 557
13.7.5. Motivos raciais e religiosos 557
13.7.6. Outras causas de disseminação da união estável 558
13.8. Pressupostos de configuração da união estável 558
13.8.1. Diversidade de sexos 558
13.8.1.1. União homoafetiva 559
13.8.2. Coabitação 566
13.8.3. Prazo para constituição 568
13.8.4. Convivência pública 570
13.8.5. Continuidade 571
13.8.6. Com objetivo de constituir família 572
13.8.7. Inexistência de impedimento matrimonial 575
13.9. Conceito de união estável 576
13.10. Direitos e deveres dos conviventes 577

13.10.1. Lealdade 578
13.10.2. Respeito 579
13.10.3. Assistência 580
13.10.4. Dever imaterial 582
13.10.5. Guarda, sustento e educação dos filhos 582
13.10.6. A coabitação como dever natural 583
13.10.7. O nome na união estável 584
13.11. Contrato de convivência 584
13.11.1. A retroatividade restritiva do contrato de convivência 586
13.11.2. Regime de bens 589
13.11.3. Conversão em casamento 590
13.11.4. Contrato de namoro 593
13.12. Concubinato e relações paralelas 595
13.12.1. Do concubinato de boa-fé 603
13.13. Dissolução da união estável 605

Capítulo 14 – TUTELA 607

14.1. Conceito 607
14.2. A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente 610
14.3. Modalidades de tutela 611
14.4. Tutela testamentária 612
14.5. Tutela legítima 614
14.6. Tutela dativa 616
14.7. Exclusividade da tutela 617
14.8. Incapazes de exercer a tutela 618
14.8.1. Idoneidade 618
14.9. Designação do convivente como tutor 622
14.10. Escusa dos tutores 623
14.10.1. Mulheres casadas 624
14.10.2. Maiores de sessenta anos 624
14.10.3. Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos 625
14.10.4. Enfermidade 626
14.10.5. Habitação distante 626
14.10.6. Os que já exercerem tutela ou curatela 627
14.10.7. Militares em serviço 627
14.10.8. Aos que não forem parentes do menor 628

14.11. Prazo de escusa e decisão judicial 628
14.12. Do exercício da tutela 629
14.12.1. Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado 630
14.12.2. Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado 631
14.12.3. A administração dos bens e a tutela conjunta 633
14.13. Atribuições do tutor 635
14.13.1. Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial 637
14.14. Vedações ao tutor 638
14.15. O protutor 639
14.16. Responsabilidade do juiz 640
14.17. Remuneração do tutor 641
14.18. Responsabilidade do tutor 642
14.19. Bens do tutelado 643
14.20. Prestação de contas 644
14.21. Cessação da tutela 647
14.22. Das funções do tutor 647

Capítulo 15 – DA CURATELA 649

15.1. Da curatela 649
15.2. Conceito 651
15.3. Pessoas sujeitas à curatela 653
15.4. Curatela do nascituro 656
15.5. Velhice 660
15.6. Enfermidade ou deficiência mental 663
15.6.1. Intervalos lúcidos 663
15.7. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade 664
15.8. Deficientes mentais 665
15.9. Ébrios habituais 666
15.10. Os viciados em tóxicos 667
15.11. Os pródigos 668
15.12. Autocuratela 670
15.13. Ação de interdição 671
15.14. Das disposições comuns à tutela e à curatela 676
15.15. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela 677

15.16. Curatela conjunta 682
15.17. Efeitos jurídicos da sentença de interdição 684
15.18. Levantamento da interdição 685
15.19. Cessação da curatela 687
15.20. Da tomada de decisão apoiada 687

BIBLIOGRAFIA 691

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 713